

INSTITUTO VIVAVÔLEI - IVV

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Páginas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3-5
---	------------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanços Patrimoniais	6-7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12-27
---	--------------

CE349-2019/1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
INSTITUTO VIVA VOLEI - IVV
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO VIVA VOLEI - IVV** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **INSTITUTO VIVA VOLEI - IVV** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo, as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis que mencionam que a administração da Entidade vem adotando uma série de medidas no intuito de reduzir custos e obter novas receitas para o exercício de 2022. Conforme apresentado na Nota 12, parte substancial dos convênios possuem prazo de vida no exercício seguinte a data-base deste relatório e, considerando a disponibilidade de fluxo de caixa descrita na Nota 6, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar questionamentos quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações, que depende da manutenção de convênios ao longo do tempo para que a Entidade continue operando. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes
Alameda Santos, 2.326 – 13º andar
Jardim Paulista – São Paulo – SP
CEP: 01418-200
Tel.: + 55 11 3070-1000

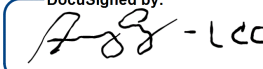
PKF Affiance Brazil

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2022

PKF Affiance Brazil

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP025652/O-0

DocuSigned by:
 - LCC

62297FEC46044C9...
Luiz Carlos de Carvalho
Contador
CRC N° 1SP197193/O-6 T- RJ

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV**Balancos Patrimoniais**

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Ativo Líquido apresentado em reais

	Nota	2021	2020
Ativos			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5.142	12.799
Recursos de Convênios	6	2.917.351	2.817.485
Contas a Receber	7	549.996	-
Estoque de Material Esportivo	8	56.592	51.027
Despesas Antecipadas		-	146
Total do Ativo Circulante		3.529.081	2.881.457
Total do Ativo		3.529.081	2.881.457

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV

Balanças Patrimoniais

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Passivo e Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	2021	2020
Passivo e Patrimônio Social			
Circulante			
Fornecedores	9	2.105	3.697
Passivo Fiscal Corrente	10	11.131	38.299
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	30.115	80.446
Convênios	12	3.434.137	2.780.619
Contas a Pagar		-	20.811
Estoque de Material Esportivo	8	56.592	51.027
Total do Passivo Circulante		3.534.081	2.974.899
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio Social	13	(5.000)	(93.442)
Total do Patrimônio Líquido Negativo		(5.000)	(93.442)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido Negativo		3.529.081	2.881.457

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV
 Demonstrações dos Resultados
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Resultado apresentado em reais - exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2021	2020
Contribuições		-	18.406
Taxa de Franquias	14	200.000	475.936
Receitas Ordinárias		200.000	494.342
Receita de Convênios	15	544.198	743.051
Outras Receitas	16	59.269	10
Receitas Extraordinárias		603.467	743.061
Receita Bruta		803.467	1.237.403
Despesas Operacionais			
Despesas com pessoas de apoio/atletas	17	(55.102)	(228.265)
Despesa com Transportes	18	(14.749)	(5.269)
Despesas com Equipamentos e Materiais Esportivos	19	(119.612)	(9.565)
Despesas com Uniformes		(8.794)	(12.330)
Despesa com Seguro		(289)	(276)
Outras despesas com produtos		-	(4.768)
Despesas Operacionais		(198.546)	(260.473)
Despesas Administrativas			
Despesas com Pessoal	20	(265.433)	(828.632)
Despesas com Encargos sociais	21	(82.608)	(132.036)
Despesa com Benefícios sociais		(98)	(7.209)
Despesas com serviços contratados	22	(31.586)	(23.655)
Despesas de localização e funcionamento		(4.882)	-
Despesas com vendas	23	(100.000)	-
Despesas com marketing e produção		-	(24.950)
Despesas com propaganda e publicidade		(3.250)	(24.861)
Despesas com Impostos, taxas e contribuições		(8)	(18)
Outras despesas		(18.000)	-
Despesas Administrativas		(505.865)	(1.041.361)
Resultado antes do Resultado Financeiro		99.056	(64.431)
Receitas Financeiras		30	112
Despesas Financeiras		(10.643)	(13.922)
Resultado Financeiro	24	(10.613)	(13.810)
Superavit / (Déficit) Líquido do Exercício		88.442	(78.241)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Resultado abrangente apresentado em reais

	2021	2020
(Superavit) Líquido do Exercício	88.442	(78.241)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	88.442	(78.241)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.201)	-	(15.201)
Déficit do Exercício		(78.241)	(78.241)
Incorporac�o ao Patrimônio Social	(78.241)	78.241	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(93.442)	-	(93.442)
Superavit do Exercício	-	88.442	88.442
Incorporac�o ao Patrimônio Social	88.442	(88.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(5.000)	-	(5.000)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstra es Contábeis.

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV
 Demonstrações de Resultados Abrangentes
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	2021	2020
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Superavit / (Déficit) do exercício	88.442	(78.241)
Itens que não afetam o caixa:		
Superávit (déficit) do exercício ajustado	88.442	(78.241)
(Aumento) Redução dos Ativos:		
Recursos de Convênios	(99.865)	(2.139.763)
Contas a receber	(549.996)	100.936
Despesas antecipadas	146	2.003
Aumento (Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(1.592)	(6.021)
Passivo Fiscal Corrente	(27.168)	4.759
Obrigações Trabalhistas	(50.330)	31.024
Convênios	653.518	2.142.537
Contas a Pagar	(20.812)	(1.800)
Receita a Apropriar	-	(75.936)
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade Operacional	(7.657)	(20.502)
Realização Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.657)	(20.502)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	12.799	33.301
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	5.142	12.799

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

INSTITUTO VIVAVÔLEI – IVV

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em dezembro de 2020 e 2021

Notas apresentado em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

O Instituto Vivavôlei tem por finalidade a promoção de assistência social, inclusão social, educação e socialização de crianças e adolescentes, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e a promoção de atividades destinadas à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do esporte e da cultura. Situada à Avenida Ministro Salgado Filho, 7000 - Barra Nova, Saquarema – Rio de Janeiro.

O programa atende crianças e jovens de 7 a 14 anos, em sua maioria, provenientes de comunidades de baixa renda e em contexto de vulnerabilidade social. O objetivo do Programa não é a formação de atletas, mas a inclusão social e o fortalecimento educacional das crianças e adolescentes atendidos.

O ano de 2021 foi atípico daquilo que o VivaVôlei costuma desenvolver em cada um dos núcleos assistidos. Por conta da pandemia do COVID 19, até o mês de agosto as atividades foram desenvolvidas de forma remota com o atendimento online via plataformas virtuais, o que exigiu dos professores o uso da criatividade na coordenação dos exercícios para que mantivessem o interesse das crianças e adolescentes nas aulas nesse novo formato. Mesmo enfrentando toda dificuldade por conta desse novo cenário, o resultado foi considerado positivo e o atendimento online do VivaVôlei com exercícios e desafios tornou-se modelo para outros projetos de iniciação esportiva.

Em agosto com o retorno das aulas na rede pública de ensino nas principais cidades do Brasil, o atendimento presencial nos núcleos foi voltando gradativamente. O quantitativo de atendimento teve que ser reduzido e foi estabelecido um protocolo de prevenção contra o COVID-19.

Desde a sua criação, foram atendidas pelo Programa aproximadamente 200 mil crianças. Hoje existem 44 núcleos ativos implantados em 14 estados brasileiros (Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins), que atendem aproximadamente 4.000 crianças.

Além dos itens destacados acima, a Entidade tem feito e mantido um vasto esforço no monitoramento e comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações com as mesmas de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica.

A Entidade conclui que tem total condição de cumprir com suas obrigações operacionais levando em consideração que até a presente data não tivemos impactos significativos na geração de receita considerando todas as informações relevantes disponíveis até a data da emissão dessas demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e, quando aplicáveis, a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos, designados pelo valor justo, por meio do resultado mensurado pelo valor justo.

4. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos Financeiros

i. Ativos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Desreconhecimento

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos Financeiros Não Derivativos – Mensuração

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem as aplicações financeiras, recursos de convênios e contas a receber.

iii. Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Entidade em condições que a mesma não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

iv. Passivos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Mensuração

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Entidade possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, convênios e contas a pagar.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento.

d. Recursos/Receitas oriundas de convênios

As Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com Entidades Governamentais no âmbito Federal, Estadual ou Municipal são registrados no contas a receber em contrapartida a conta de recebimento de convênios (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios.

Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente.

e. Despesas antecipadas

Estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros e serviços.

f. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Demais ativos e demais passivos

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido compreende os saldos do fundo social e da incorporação dos superávits ou déficits apurados nos exercícios.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Instituto Viva Volei é beneficiado pela Isenção Tributária de acordo com os arts. 12º e 15º da Lei 9.532/97. A isenção a que se referem esses artigos aplica-se, exclusivamente em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro. Para a manutenção do referido benefício é necessário que todas as exigências contidas na lei sejam atendidas. A administração da entidade vem cumprindo com as referidas exigências.

j. Instrumentos Financeiros

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. Os valores de realização desses instrumentos financeiros são iguais aos seus valores de mercado.

k. Reconhecimento de Receitas e Custos Operacionais

A Entidade reconhece as suas receitas quando:

- A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Entidade; e os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco Bradesco	1	641
Banco Bradesco – Aplicação Financeira	5.141	12.158
	<u>5.142</u>	<u>12.799</u>

Incluem depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras representam, basicamente, valores investidos em títulos de renda fixa administrados pelo Banco Bradesco e são lastreadas principalmente em títulos privados (Certificado de Depósitos Bancários - CDB), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2021 e 2020 de aproximadamente 100% do DI CETIP (CDI).

6. Recursos de Convênios

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos	865	550.940
Banco do Brasil	-	814
Banco Bradesco	1	181
Banco de Brasília – BRB	864	549.945
Aplicações Financeiras (i)	2.916.486	2.266.545
Banco do Brasil – Fundos de Investimento DI	2.302.222	2.264.789
Banco Bradesco – Aplicação Automática	174.546	1.756
Banco de Brasília – BRB	439.717	-
	<u>2.917.351</u>	<u>2.817.485</u>

Representam a disponibilidade dos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o governo Estadual e projetos incentivados pelo Governo Federal, que são utilizados para uso exclusivo da execução do plano de trabalho dos respectivos convênios.

As aplicações financeiras representam, basicamente, valores investidos em títulos de renda fixa administrados pelo Banco do Brasil, Bradesco e BRB e são lastreadas principalmente em títulos privados (Certificado de Depósitos Bancários - CDB), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2021 e 2020 de aproximadamente 100% do DI CETIP (CDI).

7. Contas a Receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Casa Civil do distrito Federal - Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal	549.996	-
	<u>549.996</u>	<u>-</u>

O valor corresponde a 2ª parcela do Projeto IVV Inclusão Nacional, termo de fomento 07/2020 em face a implantação de 10 (dez) núcleos do IVV no DF em parceria com a Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal.

8. Estoque de Material Esportivo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Estoque de Material Esportivo	56.592	51.027
	<u>56.592</u>	<u>51.027</u>

Nesta rubrica está registrado o recebimento de material esportivo de alto padrão fornecido por nossos patrocinadores, com exclusividade, destinado à utilização obrigatória na implantação do núcleo bem como nas aulas do programa VivaVôlei.

O material esportivo é fornecido pela Asics do Brasil Comércio de Artigos Esportivos Ltda.

9. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
TOTVS S.A.	855	676
Federação Rio de Janeiro	-	250
Federação Gaúcha de Volleyball	1.250	-
Rojeal Industria de Roupas e Bonés LTDA	-	2.625
BB Seguro Personalizado – Outros Ramos	-	146
	<u>2.105</u>	<u>3.697</u>

Referem-se às obrigações a pagar, na data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 respectivamente, os referidos valores estão representados por sistema de informática e contratação de serviço de supervisão.

10. Passivo Fiscal Corrente

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS Funcionários e Pró-labore	8.473	15.548
INSS Autônomos	-	5.213
FGTS	2.223	3.155
PIS s/ Salários	250	636
IRRF Funcionários e Pró-labore	119	13.574
IRRF Autônomos	-	117
IRRF PJ	6	6
Unificado – Lei 10.833/03	60	50
	<u>11.131</u>	<u>38.299</u>

11. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Férias	7.638	53.994
Salários a Pagar	22.477	23.865
Bolsa Auxílio	-	2.587
	<u>30.115</u>	<u>80.446</u>

12. Convênios

Referem-se aos convênios mantidos com entidades governamentais que tem como meta a implantação de núcleos do programa Viva Vôlei, e cujo principal objetivo é contribuir para a formação do cidadão.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Órgãos Governamentais		
Captação de Recurso	3.938.131	4.539.530
Aplicação de Recurso	(503.994)	(1.758.911)
	<u>3.434.137</u>	<u>2.780.619</u>

a) Movimentação de Convênios em 31 de dezembro de 2021

	Valor Captado + Rendimentos	Valor utilizado	Saldo a executar
CONVÊNIO VIVAVOLEI SUPERAÇÃO	175.544	(175.542)	2
PROJETO IVV LEGADO DO PARQUE	226.145	(1.799)	224.346
PROJETO IVV ENEL	174.833	(224)	174.608
PROJETO IVV INICIAÇÃO AO VÔLEI	597.289	(516)	596.773
PROJETO IVV INCLUSÃO NACIONAL	1.125.392	(168.085)	957.307
PROJETO IVV SOLIDÁRIO MAIS INCLUSÃO	1.638.928	(157.827)	1.481.101
	3.938.131	(503.994)	3.434.137

	Saldo a Executar	Saldo Bancário	Créditos no Banco não Debitados pelo IVV	Débitos no Banco não Creditados pelo IVV	Crédito no razão não créditado pelo banco
CONVÊNIO VIVAVOLEI SUPERAÇÃO	2	2			
PROJETO IVV LEGADO DO PARQUE	224.346	224.346			
PROJETO IVV ENEL	174.608	174.547		61	
PROJETO IVV INICIAÇÃO AO VÔLEI	596.773	596.773			
PROJETO IVV INCLUSÃO NACIONAL	957.307	440.581	(33.424)		550.149
PROJETO IVV SOLIDÁRIO MAIS INCLUSÃO	1.481.101	1.481.101			
	3.434.137	2.917.351	(33.424)	61	550.149

b) Movimentação de Convênios em 31 de dezembro de 2020

	Valor Captado + Rendimentos	Valor utilizado	Saldo a executar
Viva Volei Light	170.959	(168.929)	2.030
Vivavolei Superação	175.544	(175.542)	2
IVV Niterói 2016 / Novo Educação	1.045.707	(779.086)	266.621
IVV Legado do Parque	220.755	(997)	219.758
IVV Niterói 2019	644.202	(634.351)	9.851
IVV Iniciação ao Vôlei	132.321	(6)	132.315
IVV Inclusão Nacional	549.996	-	549.996
IVV Solidário Mais Inclusão	1.600.046	-	1.600.046
	4.539.530	(1.758.911)	2.780.619

	Saldo a Executar	Saldo Bancário	Créditos no Banco não Debitados pelo IVV	Débitos no Banco não Creditados pelo IVV
Viva Volei Light	2.030	1.936	-	94
Vivavolei Superação	2	2	-	-
IVV Niterói 2016 / Novo Educação	266.621	304.039	(38.400)	982
IVV Legado do Parque	219.758	219.758	-	-
IVV Niterói 2019	9.851	9.444	-	407
IVV Iniciação ao Vôlei	132.315	132.315	-	-
IVV Inclusão Nacional	549.996	549.945	-	51
IVV Solidário Mais Inclusão	1.600.046	1.600.046	-	-
	2.780.619	2.817.485	(38.400)	1.533

PROJETO VIVAVÔLEI LEGADO DO PARQUE: Publicado em Diário oficial da União em 14 de dezembro de 2018, este projeto tem como objeto atuar em áreas de vulnerabilidade social beneficiando crianças e familiares que vivam no entorno dos locais implantados, por meio da prática esportiva do voleibol, sendo um núcleo no Rio de Janeiro/RJ e outro em Campo Grande/MT.

Cabe esclarecer que o projeto Legado do Parque seria realizado no ano de 2019, pelo fato da empresa Supergasbras ter feito o aporte financeiro no dia 21/12/2018, ou seja, tínhamos todo o ano de 2019 para que o Ministério fizesse a análise, diligenciasse, liberasse o Termo de Compromisso para assinatura, mas infelizmente nada disso ocorreu face ao entendimento do relator da Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte, no mês de junho de 2019, que julgou o projeto como REJEITADO, e a partir disso tivemos que proceder com toda tramitação operacional que transcenderam o ano corrente de 2019. Em 2020, o projeto foi APROVADO, porém, todo planejamento para dar início as atividades do projeto foram prejudicadas pela pandemia do COVID-19. Por conta desse atraso, foi solicitado junto ao Ministério a prorrogação do prazo de vigência para junho de 2023 e com o avanço da vacinação e a queda no nº de infectados o início das atividades está prevista para o mês de julho de 2022.

PROJETO IVV ENEL – Projeto incentivado via ICMS – RJ que tem como objetivo a implantação de 2 núcleos do VivaVôlei no estado do Rio de Janeiro. O Certificado de mérito foi concedido pelo Governo Estadual no dia 11/08/2020 com a fruição publicada no Diário – DOERJ no dia 14/12/2020. O projeto foi captado pela empresa ENEL no valor de R\$ 174.315,67. No ano de 2021 por conta da pandemia do COVID-19 e a nova variante Ômicron, a CBV em comum acordo com a ENEL, aguardou a fase da vacinação para crianças de 5 a 11 anos, faixa etária do projeto, para definir os locais de execução e o começo das atividades. A previsão para implantação dos dois núcleos é a partir do mês de junho de 2022.

PROJETO IVV INICIAÇÃO AO VOLEIBOL: Tem como objeto a atuação em áreas de vulnerabilidade social, atendendo a crianças e adolescentes e seus familiares que vivam no entorno dos locais implantados, por meio da prática esportiva do voleibol. Manter a promoção e o acesso de até 864 crianças e adolescentes inseridas em um cenário de vulnerabilidade social à prática esportiva do voleibol. Locais de implantação: Canavieiras - Bahia; Mogi das Cruzes - São Paulo; Pato - Paraíba; Morro do Estado, Niterói - Rio de Janeiro; Morro do Cavalão, Niterói - Rio de Janeiro; e Campo Elíseos, Duque de Caxias - Rio de Janeiro. O projeto foi captado pela empresa Supergasbras em 2019 e o Citibank em 2021. A CBV irá solicitar ao Ministério no mês de março de 2022 o pedido de análise técnica do projeto captado. Após a aprovação da análise pela comissão estima-se o começo do atendimento para o mês de julho de 2022.

PROJETO IVV INCLUSÃO NACIONAL: Tem como premissa ensinar as técnicas e os fundamentos do minivôlei de forma lúdica e recreativa, sem a obrigatoriedade de formar atletas, mas sim contribuir com a formação do cidadão. O projeto prevê a implantação de 10 núcleos em Brasília – DF com o atendimento de jovens de 15 a 18 anos que se encontram em vulnerabilidade social. A execução do projeto iniciou em março de 2021 com vigência até dezembro de 2022.

PROJETO IVV SOLIDÁRIO MAIS INCLUSÃO: Este projeto visa contribuir com o fortalecimento, a educação e socializar crianças e adolescentes oriundas de comunidades de baixa renda e inseridas em um contexto de vulnerabilidade social, entre essas as que possuem algum tipo de deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, através da prática esportiva da iniciação do voleibol. Para isso, haverá implantação de 10 núcleos Viva Vôlei Solidário Mais Inclusão. O recurso foi captado pela empresa Vale e o atendimento começará no mês de março nos seguintes locais: Marabá – PA, São Luis – MA, Itaguaí – RJ, Mangaratiba – RJ e Rio de Janeiro – RJ.

13. Patrimônio Social

No exercício de 2021 foi incorporado ao patrimônio social da entidade um Superavit de R\$ 88.442 (Déficit R\$ 78.241 em 2020).

14. Taxas de Franquias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxas e Franquias – IVV	200.000	475.936
	<u>200.000</u>	<u>475.936</u>

Os valores se referem à receita com a implantação de núcleos VivaVôlei. Esses valores são apropriados ao resultado à medida em que são incorridas as vigências dos contratos.

15. Receitas de Convênios

Recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal, Estadual e Municipal são registradas no contas a receber em contrapartida à conta de recebimento de convênios (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto, caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente.

16. Outras Receitas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recuperação de despesas	59.269	10
	<u>59.269</u>	<u>10</u>

17. Despesas com Pessoas de Apoio/Atletas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoas de apoio	15.072	129.903
Alimentação	450	15.846
Educação e Treinamento	2.145	9.600
Supervisão	25.836	71.443
Professores de Educação Física	9.466	1.473
Bolsa Auxílio	2.133	-
	<u>55.102</u>	<u>228.265</u>

Referem-se aos gastos vinculados diretamente ao desenvolvimento das atividades do Instituto Viva Volei – IVV e são apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência

18. Despesas com Transportes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Terrestre / pessoas	229	217
Terrestre / materiais	14.250	5.053
	<u>14.749</u>	<u>5.269</u>

19. Despesas com Equipamentos e Materiais Esportivos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Redes	15.000	-
Bases externas/internas	76.250	6.800
Postes	16.580	1.416
Fitas de marcação	7.200	89
Lonas/estruturas e adesivos	4.582	1.260
	<u>119.612</u>	<u>9.565</u>

Referentes aos gastos da implementação de 3 (três) núcleos para IVV Inclusão Nacional – GDF. O início da execução do Projeto foi em março/2021.

20. Despesas com Pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários	110.752	306.886
13º salário	13.312	31.340
Férias	10.409	39.561
Aviso prévio	38.183	7.273
Horas extras	7.204	338
Estagiários	4.057	47.157
Pró-labore	82.516	396.077
	<u>265.433</u>	<u>828.632</u>

O IVV conta com uma equipe de 11 empregados e 10 estagiários. É através do trabalho de todos que o Instituto VivaVôlei busca a promoção de assistência social, inclusão social, educação e socialização de crianças e adolescentes.

O Instituto Viva Vôlei remunera seu dirigente estatutário de acordo com a Lei 12.868/13 (valor correspondente a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal).

21. Despesas com Encargos Sociais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS	45.886	95.723
FGTS	34.898	32.737
PIS	1.824	3.576
	<u>82.608</u>	<u>132.036</u>

22. Despesas com Serviços Contratados

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviço de despachante	16.537	12.490
Assessoria de Informática	10.083	8.268
Serviços de Auditoria	4.965	2.897
	<u>31.586</u>	<u>23.655</u>

23. Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O principal controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos no transcorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O quadro abaixo apresenta a composição, por categoria, dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		Valor Contábil	
Mensuração		2021	2020
Ativos financeiros disponível para venda			
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	5.142	12.799
Empréstimos e recebíveis			
Recursos de Convênios	Custo amortizado	2.917.351	2.817.485
Contas a Receber	Custo amortizado	549.996	-
Total de ativos financeiros		3.472.489	2.830.284
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	Custo amortizado	2.105	3.697
Convênios	Custo amortizado	3.434.137	2.780.619
Contas a pagar	Custo amortizado	-	20.811
Total de passivos financeiros		3.436.242	2.805.127

Os saldos contábeis apresentados para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aproximações razoáveis ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão de estrutura de gerenciamento de risco da Entidade.

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Entidade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de Taxa de Juros

A Entidade possui exposição a um único risco de mercado, sendo este o risco de juros.

O Risco de taxa de juros decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Entidade era:

	Nota	Valor contábil	
		2021	2020
Instrumentos de taxa variável – CDI			
Aplicações Financeiras	5	5.141	12.158

As operações com exposição ao CDI são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Administração entende que as análises de sensibilidade para os instrumentos financeiros sujeitos a risco de juros não são representativas do risco inerente de instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

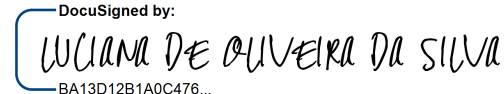
O Risco de taxa de juros decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	Valor Justo	Nível	Total	Valor Justo	Nível	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5.142	1	5.142	12.799	1	12.799

DocuSigned by:

 3579392BB4E64F3...

WALTER PITOMBO LARANJEIRAS
 Presidente
 CPF 003.589.324-91

DocuSigned by:

 BA13D12B1A0C476...

LUCIANA DE OLIVEIRA DA SILVA
 Contadora
 CRC RJ – 096.121-O